



2019

RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

Missão

Zelar pelo cumprimento da Constituição da República e da Constituição do Estado do Espírito Santo, especialmente no que se refere à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado do Espírito Santo e de seus municípios.

Visão

Ser reconhecido como uma instituição capaz de promover efetivamente o controle externo da Administração Pública no Espírito Santo.

Valores

- Defesa da legalidade e dos princípios constitucionais da Administração Pública;
- Transparência;
- Autonomia;
- Independência;
- Honestidade;
- Respeito às pessoas e às instituições.

APRESENTAÇÃO

O presente **Relatório Anual de Atividades do Ministério Público de Contas do Estado do Espírito Santo (MPC-ES) referente ao exercício de 2019** tem como objetivo apresentar uma síntese das atividades específicas do órgão ministerial e dados sobre o andamento dos processos de execução dos acórdãos do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES) no período, conforme preconiza o artigo 38, inciso XI, do Regimento Interno do TCE-ES, além de servir de instrumento de prestação de contas aos cidadãos capixabas.

O MPC-ES é regido pelos princípios da unidade, da indivisibilidade e da independência funcional, com as atribuições de guarda da lei e fiscal de sua execução e tem em sua composição: Procuradoria-Geral, três Procuradorias de Contas e Colégio de Procuradores. As Procuradorias têm idênticas competências e são titularizadas pelos membros do Ministério Público de Contas, sendo que o procurador-geral acumula as funções da Procuradoria-Geral com as de sua Procuradoria.

No exercício de 2019, o procurador Luciano Vieira, titular da Segunda Procuradoria, esteve à frente da Procuradoria-Geral. A Primeira Procuradoria tem como titular o procurador Luis Henrique Anastácio da Silva e a Terceira Procuradoria o procurador Heron Carlos Gomes de Oliveira.

As informações contidas neste relatório foram consolidadas pelo Núcleo de Comunicação do MPC-ES, a partir de dados obtidos no sistema e-TCEES, encaminhados pela Secretaria do Ministério Público de Contas e informados pelas Procuradorias de Contas.

Luciano Vieira
Procurador-Geral

SUMÁRIO

1.	Atividades de Controle Externo	4
	1.1 - Sessões Plenárias	4
	1.2 - Pareceres	5
	1.3 - Representações	5
	1.4 - Recursos	5
	1.5 – Procedimentos Apuratórios Preliminares	6
2.	Execução de Acórdãos	9
3.	Atividades Administrativas	11
	3.1- Gestão de pessoas	11
4.	Anexos	12
	Anexo I – Pareceres Detalhados por Assunto	13
	Anexo II – Representações	15
	Anexo III – Recursos	18

1. ATIVIDADES DE CONTROLE EXTERNO

1.1 SESSÕES PLENÁRIAS

Conforme determinação constante do inciso V, art. 3º, e do inciso II, art. 4º, ambos da Lei Complementar 451/2008, o Ministério Público de Contas fez-se presente nas 43 Sessões Ordinárias realizadas durante o exercício de 2019 pelo Plenário, 1ª Câmara e 2ª Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, assim como das Sessões Especiais e Extraordinárias do Plenário. O TCE-ES também realizou 12 Sessões Administrativas ao longo do ano, nas quais a participação de membros do Ministério Público de Contas é facultativa, conforme **Quadro 1** a seguir:

Quadro 1 – Sessões

Tipo de Sessão	2019		
	Plenário	1ª Câmara	2ª Câmara
Ordinária	43	43	43
Especial	3	-	-
Administrativa	12	-	-
Extraordinária	2	-	-
Total de sessões	60	43	43

Consoante previsão na Portaria 001/2016 da Procuradoria-Geral de Contas, o procurador-geral, Luciano Vieira, participou das sessões realizadas pelo Plenário em 2019, com exceção de período de férias e atividades externas, nas quais foi substituído pelo procurador Luis Henrique Anastácio da Silva. Os procuradores Luis Henrique Anastácio da Silva e Heron Carlos Gomes de Oliveira representaram o MPC-ES, respectivamente, na 2ª Câmara e na 1ª Câmara.

1. ATIVIDADES DE CONTROLE EXTERNO

Ao longo do ano de 2019, os procuradores pediram vista dos autos de 74 processos submetidos a julgamento nos três colegiados da Corte de Contas, a fim de analisar detidamente pontos trazidos nos votos proferidos pelos conselheiros e também para reforçar argumentos apresentados pelo MPC-ES.

1.2 PARECERES

Em 2019, foram distribuídos 10.339 processos ao Ministério Público de Contas e emitidos 5.963 pareceres, os quais estão detalhados por assunto no **Anexo I**.

Obedecidos os critérios de igualdade e vinculação, bem como o princípio do promotor natural, os processos submetidos à apreciação do Ministério Público de Contas foram distribuídos de maneira igualitária entre as Procuradorias.

1.3 REPRESENTAÇÕES

Conforme disposto no inciso I do Art. 3º da Lei Complementar nº 451/2008, compete aos procuradores de Contas promover a defesa da ordem jurídica, representando contra a ilegitimidade ou irregularidade de qualquer despesa. Com base nessa competência, o Ministério Público de Contas ofereceu ao Tribunal de Contas 17 representações em 2019, conforme detalhamento apresentado no **Anexo II**.

1.4 RECURSOS

O Ministério Público de Contas tem legitimidade para recorrer das decisões do Tribunal de Contas, podendo interpor os recursos e requerer as revisões previstas em lei, consoante disposto no inciso III do Art. 3º da Lei Complementar nº 451/2008. Com base na legislação mencionada, o

1. ATIVIDADES DE CONTROLE EXTERNO

MPC-ES interpôs 75 recursos no exercício de 2019, os quais estão descritos no **Quadro 2** e detalhados no **Anexo III**.

Quadro 2 – Recursos por Procuradoria

Tipo de Recurso	Procuradoria -Geral	Primeira Procuradoria	Segunda Pro-curadoria	Terceira Procuradoria	Total
Agravo	-	-	1	1	2
Embargos de declaração	2	5	12	3	22
Pedido de Reexame	1	5	17	5	28
Recurso de Reconsideração	-	-	11	12	23
Total	3	10	41	21	75

1.5 PROCEDIMENTOS APURATÓRIOS PRELIMINARES

Os procedimentos apuratórios preliminares (PAPs) são processos destinados à apuração das notícias de fato direcionadas ao Ministério Público de Contas. A partir da publicação da Portaria 02/2019 da Procuradoria-Geral de Contas (PGC), em outubro de 2019, as notícias de fato e os procedimentos preparatórios à representação ao Tribunal de Contas passaram a ser autuados como processo pela Secretaria do MPC e registrados

1. ATIVIDADES DE CONTROLE EXTERNO

no sistema processual eletrônico do Tribunal de Contas, o e-TCEES. Da mesma forma, todos os documentos físicos ou em mídia digital entregues ao MPC também passaram a ser autuados no sistema e-TCEES, seguindo a Portaria-PGC 01/2019.

Conforme descrição trazida na Portaria-PGC 02/2019, Notícia de Fato é qualquer demanda submetida à apreciação das Procuradorias de Contas, tais como documentos, requerimentos, denúncias ou representações contendo informações sobre ilegitimidade ou irregularidade de qualquer despesa pública. Após a autuação do PAP, conforme a natureza das informações trazidas e dependendo da necessidade de se obter mais elementos para esclarecer os fatos narrados, esse tipo de processo pode dar origem a um Inquérito Administrativo, um Procedimento Administrativo ou um Procedimento Preparatório, instaurados por meio de portarias publicadas no Diário Oficial de Contas. Ele pode também tramitar como PAP ou Notícia de Fato até que haja conclusão sobre a demanda recebida pelo Ministério Público de Contas, com o seu arquivamento ou a propositura de uma representação no TCE-ES, por exemplo.

Assim como os demais processos, os PAPs são distribuídos obedecendo os critérios de igualdade e vinculação, bem como o princípio do promotor natural, sendo divididos de maneira igualitária entre as Procuradorias. A exceção fica por conta dos procedimentos administrativos instaurados para acompanhamento e monitoramento de cobrança dos débitos e das multas impostas pelo Tribunal de Contas, já que todos ficam sob responsabilidade da Procuradoria-Geral de Contas. A instauração desses procedimentos se dá por meio da publicação de portarias no Diário Oficial de Contas e segue a Resolução-PGC 01/2019. Veja no **Quadro 3** os PAPs distribuídos por Procuradoria, conforme informações disponibilizadas no

1. ATIVIDADES DE CONTROLE EXTERNO

e-TCEES:

Quadro 3 – PAPs por Procuradoria

Tipo de Procedimento	Procuradoria -Geral	Primeira Procuradoria	Segunda Procuradoria	Terceira Procuradoria	Total
Procedimento Apuratório Preliminar	4	11	5	6	26
Inquérito Administrativo	-	-	23	-	23
Notícia de Fato	-	-	5	-	5
Procedimento Administrativo	131	-	4	-	135
Procedimento Preparatório	-	-	1	-	1
Total	135	11	38	6	190

2. EXECUÇÃO DE ACÓRDÃOS

Conforme atribuição estabelecida no artigo 3º, inciso VII, da Lei Complementar 451/2008, o Ministério Público de Contas encaminha os títulos executivos emitidos pelo TCE-ES, por meio de ofício, a fim de que os órgãos competentes adotem as providências cabíveis para cobrança, judicial ou administrativa, de valores relativos às condenações sofridas na Corte de Contas.

A partir de outubro de 2019, o MPC adotou novo procedimento para dar mais efetividade a essas cobranças, regulamentado pela Resolução da Procuradoria-Geral de Contas (PGC) 01/2019, criada com base na Resolução 174/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Desde então, para cada acórdão ou decisão final do Tribunal de Contas que resultar na aplicação de multa ou débito, o MPC instaura um procedimento administrativo, por meio de portaria publicada no Diário Oficial de Contas, a fim de fiscalizar a eficácia das providências adotadas pelos responsáveis pelas cobranças. Na portaria constam informações sobre a decisão definitiva do TCE-ES, responsáveis e órgão competente para realizar a cobrança.

Ao longo de 2019 foram cadastradas no sistema de execução 501 novas cobranças, a partir de acórdãos expedidos pelo Tribunal de Contas e encaminhados pelo MPC-ES à Procuradoria-Geral do Estado e às Procuradorias dos municípios. Foram publicadas 131 Portarias de Instauração de Procedimento Administrativo, pois além das novas cobranças, o procedimento foi adotado em relação às cobranças cujos ofícios relacionados não foram respondidos pelos responsáveis sobre as medidas adotadas para efetivá-las.

As atividades de monitoramento e acompanhamento da execução das

2. EXECUÇÃO DE ACÓRDÃOS

cobranças ficaram por conta do Núcleo de Monitoramento de Execução, da Procuradoria-Geral do MPC-ES, em 2019. Os dados sobre essas atividades estão no **Quadro 4**, abaixo:

Quadro 4 – Atividades de Monitoramento e Execução de Cobranças

Acompanhamento de execução	2019
Termos de atualização de valores a cobrar	493
Termos de verificação de valores pagos	148
Novas cobranças cadastradas no sistema de execução	501
Multas com recolhimento aos cofres públicos estaduais	R\$ 326.878,14
Ressarcimentos com recolhimento aos cofres públicos	R\$ 657.301,28
Total de multas e ressarcimentos recolhidos aos cofres públicos	R\$ 984.179,42

3. ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

3.1 GESTÃO DE PESSOAS

A estrutura operacional do Ministério Público de Contas contava, ao final do exercício de 2019, com 19 servidores e oito estagiários, assim distribuídos, conforme o **Quadro 5**:

Quadro 5 – Distribuição de Pessoal no MPC-ES

Setor	Cargo	Quantidade
Procuradoria-Geral	Chefe de Gabinete	1
	Assessor de Nível Superior	1
	Assessor de Controle Externo	2
	Estagiário de Pós-graduação	1
	Estagiário Nível Superior	1
Secretaria do MPC	Secretário	1
	Adjunto Operativo	1
	Assessor de Controle Externo	4
	Estagiário Nível Superior	1
	Estagiário Nível Médio	1
1ª Procuradoria	Chefe de Gabinete	1
	Assessor de Nível Superior	1
	Assessor de Controle Externo	1
2ª Procuradoria	Chefe de Gabinete	1
	Assessor de Nível Superior	2
	Estagiário de Pós-graduação	1
	Estagiário Nível Superior	1
3ª Procuradoria	Chefe de Gabinete	1
	Assessor de Nível Superior	2
	Estagiário Nível Superior	2

ANEXOS

RELATÓRIO DE ATIVIDADES Anual - 2019

ANEXO I – Pareceres Detalhados por Assunto

ANEXO II – Representações

ANEXO III – Recursos

ANEXO I

PARECERES DETALHADOS POR ASSUNTO

Pareceres detalhados por assunto	1º trim	2º trim	3º trim	4º trim
Acompanhamento (Controle Externo – Fiscalização)		1	1	
Agravo	9	8	5	4
Auditoria (Controle Externo – Fiscalização)	81	36	42	70
Auditoria Especial				
Auditoria Ordinária				
Conflito de Competência	1			
Consulta	8	14	10	10
Denúncia (Controle Externo – Fiscalização)	13	14	14	9
Embargos de Declaração	11	26	16	15
Encaminhamento				
Estudos de Casos Especiais				
Exame de Instrumento Convocatório			1	
Exceção			1	
Execução				
Fiscalização Ordinária				
Incidente de Impedimento				
Incidente de Suspeição				
Inspeção (Controle Externo – Fiscalização)	3	5	2	2
Lei de Diretrizes Orçamentárias				
Lei Orçamentária Anual				
Levantamento		3		5
Manifestações do GAPGC	7			
Monitoramento (Controle Externo—Fiscalização)	2	2	3	18
Omissão (Controle Externo - Fiscalização)		198	71	88
Omissão de Relatório Resumido de Execução Orçamentária (Controle Externo - Fiscalização)				4
Omissão de Resumo de Concursos do Exercício Anterior			3	1
Omissão Prestação de Contas Mensal (Controle Externo - Fiscalização)				14
Pedido de Reexame	20	39	22	21
Pedido de Revisão	6	4	6	7
Pessoal Admissão	50	199	145	114
Pessoal Aposentadoria	334	547	658	611
Pessoal Edital Concurso Público	6	2	10	23

ANEXO I

PARECERES DETALHADOS POR ASSUNTO

Pareceres detalhados por assunto	1º trim	2º trim	3º trim	4º trim
Pessoal Pensão	73	104	98	76
Pessoal Reforma	6	13	17	20
Pessoal Reserva Remunerada	29	40	28	16
Prejulgado			1	
Prestação de Contas Anual de Governador		1		
Prestação de Contas Anual de Ordenador		145	200	169
Prestação de Contas Anual de Prefeito	269	35	61	75
Prestação de Contas Bimestral	3	1	9	1
Prestação de Contas de Convênio				
Prestação de Contas Mensal				1
Recurso de Reconsideração	46	51	51	75
Recurso Inominado		1		
Reexame de Decisão	20			
Relatório de Gestão Fiscal	4	21	17	5
Relatório Resumido de Execução Orçamentária	1	11	9	2
Representação (Controle Externo – Fiscalização)	93	79	82	81
Requerimento			1	
Revisão de ato			1	
Solicitação de Auditoria	2		1	
Solicitação de Auditoria / Inspeção				2
Tomada de Contas Convertida		29	20	22
Tomada de Contas Determinada		5	5	14
Tomada de Contas Especial	38			
Tomada de Contas Instaurada		10	6	9
TOTAL	1.118	1.644	1.617	1.584

ANEXO II

REPRESENTAÇÕES

Primeira Procuradoria

- **Processo 2081/2019, de 15/02/2019** – Pede a apuração de denúncia encaminhada pelo Ministério Público Estadual apontando irregularidades em quatro contratos firmados entre o Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Linhares e a empresa HFF Transportes Ltda..
- **Processo 4534/2019, de 10/04/2019** – Aponta uma série de irregularidades em contrato emergencial de limpeza pública da Prefeitura Municipal de Água Doce do Norte.
- **Processo 2765/2019, de 14/03/2019** – Pede a realização de inspeção para apurar denúncia enviada pelas empresas A.M.O. Brambati Transportes e Turismo e Walter da Silva Viana-ME, as quais alegam descumprimento do contrato de concessão de serviço público de transporte coletivo firmado entre a Prefeitura Municipal de Guarapari e a empresa C. Lorenzutti Participações Ltda.
- **Processo 8045/2019, de 09/05/2019** – Aponta, com base em documentação trazida pelas Entidades Unidas dos Policiais Civis, desempenho de atribuições de perícia técnica por pessoas não concursadas e sem qualificação, no exercício de 2017, na Polícia Civil do Espírito Santo e na Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social.
- **Processo 15397/2019, de 01/07/2019** – Aponta irregularidades em contratos firmados entre a Prefeitura de Itapemirim e a empresa Projeta Consultoria e Serviços Ltda. relacionadas a aditamentos contratuais, prática de nepotismo, apropriação dos salários dos contratados pela contratante e uso indevido de recursos provenientes de *royalties* de petróleo.
- **Processo 14794/2019, de 13/08/2019** – Pede, liminarmente, que o prefeito de Afonso Cláudio, Edélio Francisco Guedes, preencha imediatamen-

ANEXO II

REPRESENTAÇÕES

te os cargos efetivos de procuradores do município, utilizando os candidatos aprovados no concurso público relativo ao edital 001/2011, sob pena de multa de R\$ 10 mil.

- **Processo 14951/2019, de 23/08/2019** – Pede a realização de auditoria extraordinária em contratos firmados entre a Prefeitura Municipal de Vitória e a empresa de engenharia Avantec Ltda., em razão da adesão à ata de registro de preços derivada da Concorrência Pública n. 001/2019 do município de Pancas.

Segunda Procuradoria

- **Processo 2853/2019, de 19/03/2019** - Aponta irregularidade na liquidação de despesa em contrato firmado pela Prefeitura de Ibatiba com a empresa Fortaleza Ambiental e Gerenciamento de Resíduos para prestação de serviços de coleta, transporte, reciclagem, incineração e destinação final dos resíduos de serviços de saúde.
- **Processo 3321/2019, de 02/04/2019** - Aponta ilegalidade na previsão de concessão de até 10 pontos na avaliação de títulos para candidatos que exerceram cargos de natureza policial na administração pública e pede a supressão desse trecho do edital para o concurso de delegado da Polícia Civil do Espírito Santo.
- **Processo 3352/2019, de 04/04/2019** - Pede a suspensão do Contrato 76/2018, firmado pela Prefeitura de Guarapari com a empresa ASLE Construtora para a conclusão e ampliação do Hospital Maternidade Cidade Saúde de Guarapari, em razão de uma série de irregularidades no uso de recursos públicos, desde a desapropriação do terreno com obra inacabada à total ausência de planejamento fiscal para custeio e equipagem do hospital.
- **Processo 15027/2019, de 28/08/2019** – aponta o uso indevido de recursos destinados à saúde para custear despesas relacionadas aos serviços de salvamento marítimo, como compra de equipamentos de salvamento aquático e contratação de guarda-vidas, no município de Guarapari, durante os exercícios de 2017 e 2018.

ANEXO II

REPRESENTAÇÕES

- **Processo 15867/2019, de 09/10/2019** – Aponta prática de grave infração à norma legal, consubstanciada no descumprimento do prazo para publicação do Relatório de Gestão Fiscal previsto na Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) por parte de Jones Cavaglieri, prefeito de Aracruz durante os exercícios de 2017, 2018 e 2019.
- **Processo 16810/2019, de 18/11/2019** – Aponta ausência de identificação externa de veículos oficiais de propriedade do Ministério Público do Estado do Espírito Santo, o que configura ofensa aos princípios da transparência e da publicidade.
- **Processo 18061/2019, de 27/11/2019** – Pede que a nomeação de Bruno Pereira Nascimento para o cargo de diretor-presidente do Instituto de Atendimento Socioeducativo do Espírito Santo (Iases) seja considerada ilegal, por ofensa aos princípios da moralidade, impessoalidade e eficiência, além de conflito de interesses.
- **Processo 20558/2019, de 12/12/2019** – Pede que sejam declaradas inconstitucionais as leis que garantiram revisão geral anual dos vencimentos dos servidores da Câmara Municipal de Pancas, em 2015 e 2016, e da Prefeitura Municipal de Pancas, nos anos de 2015, 2017 e 2019, devido à violação ao princípio da isonomia e à Constituição Federal.

Terceira Procuradoria

- **Processo 16518/2019, de 31/10/2019** - Pede a anulação da Resolução 006/2019, da Câmara Municipal de Barra de São Francisco, que prevê a criação de cargos comissionados de procurador legislativo.
- **Processo 20585/2019, de 16/12/2019** – Aponta indícios de irregularidades na construção da Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Barra de Marobá, situada no município de Presidente Kennedy, obra de engenharia realizada pela Construtora Patamar Ltda., empresa contratada pela Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy, e pede ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES) a realização de inspeção na obra, em caráter de urgência.

ANEXO III

RECURSOS

Procuradoria-Geral

- **Embargos de Declaração 4868/2019** — interposto em 15/04/2019 contra Acórdão 020/2019, no Processo 4805/2018. Jurisdicionado: Encargos Gerais do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo
- **Embargos de Declaração 14475/2019** — interposto em 30/07/2019 contra Decisão Monocrática 675/2019, no Processo 1733/2005. Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Ibatiba
- **Pedido de Reexame 15662/2019** — interposto em 30/09/2019 contra Parecer em Consulta 15/2019, no Processo 9802/2018. Jurisdicionado: Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo

Primeira Procuradoria

- **Embargos de Declaração 1698/2019** — interposto em 12/02/2019 contra Acórdão 1351/2018, no Processo 3237/2013. Jurisdicionado: Câmara Municipal de Guarapari
- **Embargos de Declaração 3049/2019** — interposto em 25/03/2019 contra Acórdão 1711/2018, no Processo 4950/2018. Jurisdicionado: Câmara Municipal de Divino de São Lourenço
- **Pedido de Reexame 3048/2019** — interposto em 26/03/2019 contra Acórdão 1548/2018, no Processo 5965/2017. Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Água Doce do Norte
- **Pedido de Reexame 3331/2019** — interposto em 03/04/2019 contra Acórdão 1838/2018, no Processo 200/2018. Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Itapemirim
- **Embargos de Declaração 4923/2019** — interposto em 19/04/2019 contra Acórdão 115/2019, no Processo 3309/2018. Jurisdicionado: Fundo Municipal de Saúde de Divino de São Lourenço
- **Embargos de Declaração 10021/2019** — interposto em 04/06/2019

ANEXO III

RECURSOS

contra Acórdão 318/2019, no Processo 4283/2016. Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Muniz Freire

- **Pedido de Reexame 10146/2019** — interposto em 10/06/2019 contra Parecer em Consulta 6/2019, no Processo 2579/2018. Jurisdicionado: Câmara Municipal de Baixo Guandu
- **Embargos de Declaração 12767/2019** — interposto em 12/07/2019 contra Acórdão 584/2019, no Processo 7152/2018. Jurisdicionado: Câmara Municipal de Barra de São Francisco
- **Pedido de Reexame 13797/2019** — interposto em 19/07/2019 contra Acórdão 570/2019, no Processo 7701/2018. Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Laranja da Terra
- **Pedido de Reexame 14375/2019** — interposto em 24/07/2019 contra Acórdão 505/2019, no Processo 2521/2016. Jurisdicionados: prefeituras municipais

Segunda Procuradoria

- **Embargos de Declaração 2839/2019** — interposto em 18/03/2019 contra Acórdão 1599/20108, no Processo 0824/2015. Jurisdicionados: Fundo Municipal de Saúde de Iconha, Prefeitura Municipal de Iconha, Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Iconha
- **Pedido de Reexame 2989/2019** — interposto em 22/03/2019 contra Acórdão 1382/2018, no Processo 6030/2013. Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Aracruz
- **Recurso de Reconsideração 3099/2019** — interposto em 27/03/2019 contra Parecer Prévio 0097/2018, no Processo 3217/2013. Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Vila Pavão
- **Pedido de Reexame 3185/2019** — interposto em 29/03/2019 contra Acórdão 1311/2018, no Processo 3893/2018. Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Nova Venécia

ANEXO III

RECURSOS

- **Embargos de Declaração 5014/2019** — interposto em 22/04/2019 contra Acórdão 037/2019, no Processo 4229/2018. Jurisdicionado: Secretaria de Governo de Aracruz
- **Embargos de Declaração 5020/2019** — interposto em 22/04/2019 contra Acórdão 038/2019, no Processo 4235/2018. Jurisdicionado: Secretaria de Turismo e Cultura de Aracruz
- **Embargos de Declaração 5018/2019** — interposto em 22/04/2019 contra Acórdão 035/2019, no Processo 4226/2018. Jurisdicionado: Secretaria de Comunicação do Município de Aracruz
- **Pedido de Reexame 5019/2019** — interposto em 22/04/2019 contra Acórdão 1733/2018, no Processo 7006/2017. Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Vitória e Secretaria Municipal de Administração de Vitória
- **Recurso de Reconsideração 6345/2019** — interposto em 02/05/2019 contra Parecer Prévio 127/2018, no Processo 3093/2013. Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Linhares
- **Recurso de Reconsideração 6344/2019** — interposto em 02/05/2019 contra Acórdão 1862/2018, no Processo 2081/2016. Jurisdicionado: Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo (IPAJM)
- **Recurso de Reconsideração 8649/2019** — interposto em 22/05/2019 contra Parecer Prévio 141/2018, no Processo 5193/2017. Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Viana
- **Embargos de Declaração 9127/2019** — interposto em 29/05/2019 contra Acórdão 356/2019, no Processo 3558/2017. Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de São José do Calçado e Fundo Municipal de Saúde de São José do Calçado
- **Embargos de Declaração 9128/2019** — interposto em 29/05/2019 contra Acórdão 357/2019, no Processo 5873/2017. Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de São José do Calçado e Fundo Municipal de Saúde de São

ANEXO III

RECURSOS

José do Calçado

- **Recurso de Reconsideração 11982/2019** — interposto em 24/06/2019 contra Acórdão 132/2019, no Processo 4892/2016. Jurisdicionado: Câmara Municipal de Bom Jesus do Norte
- **Embargos de Declaração 12596/2019** — interposto em 08/07/2019 contra Acórdão 491/2019, no Processo 5157/2017. Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Marataízes
- **Pedido de Reexame 12597/2019** — interposto em 08/07/2019 contra Acórdão 247/2019, no Processo 1079/2012. Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Aracruz
- **Embargos de Declaração 12838/2019** — interposto em 16/07/2019 contra Acórdão 566/2019, no Processo 5174/2017. Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Rio Bananal
- **Recurso de Reconsideração 12865/2019** — interposto em 17/07/2019 contra Acórdão 395/2019, no Processo 5818/2013. Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Vila Velha
- **Pedido de Reexame 13800/2019** — interposto em 19/07/2019 contra Acórdão 394/2019, no Processo 1077/2012. Jurisdicionado: Prefeitura Municipal da Serra
- **Pedido de Reexame 13806/2019** — interposto em 19/07/2019 contra Acórdão 344/2019, no Processo 571/2019. Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de São José do Calçado
- **Agravo 14529/2019** — interposto em 01/08/2019 contra Decisão 1167/2019, no Processo 3352/2012. Jurisdicionado: Prefeitura Municipal da Guarapari
- **Embargos de Declaração 14856/2019** — interposto em 19/08/2019 contra Acórdão 729/2019, no Processo 4070/2015. Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Fundão

ANEXO III

RECURSOS

- **Embargos de Declaração 14900/2019** — interposto em 22/08/2019 contra Acórdão 744/2019, no Processo 5558/2017. Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Fundão
- **Pedido de Reexame 14956/2019** — interposto em 23/08/2019 contra Acórdão 651/2019, no Processo 3678/2018. Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Alegre
- **Embargos de Declaração 15201/2019** — interposto em 04/09/2019 contra Acórdão 773/2019, no Processo 3269/2018. Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Guaçuí
- **Recurso de Reconsideração 15202/2019** — interposto em 04/09/2019 contra Acórdão 520/2019, no Processo 5092/2017. Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Água Doce do Norte
- **Pedido de Reexame 15203/2019** — interposto em 04/09/2019 contra Decisão 1160/2019, no Processo 6615/2018. Jurisdicionado: Instituto de Previdência dos Servidores do Município da Serra
- **Embargos de Declaração 15442/2019** — interposto em 20/09/2019 contra Acórdão 848/2019, no Processo 2791/2018. Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de São Gabriel da Palha
- **Recurso de Reconsideração 15572/2019** — interposto em 27/09/2019 contra Parecer Prévio 54/2019, no Processo 5180/2017. Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Santa Teresa
- **Pedido de Reexame 15573/2019** — interposto em 27/09/2019 contra Acórdão 728/2019, no Processo 1750/2014. Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Jaguaré
- **Pedido de Reexame 15856/2019** — interposto em 08/10/2019 contra Acórdão 00752/2019, no Processo 5780/2012. Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Itapemirim
- **Pedido de Reexame 15981/2019** — interposto em 10/10/2019 contra Acórdão 01050/2019, no Processo 9621/2018. Jurisdicionado: Prefeitura

ANEXO III

RECURSOS

Municipal de Vila Velha e Secretaria Municipal de Educação de Vila Velha

- **Recurso de Reconsideração 16012/2019** – interposto em 11/10/2019 contra Parecer Prévio 00063/2019, no Processo 5194/2017. Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Vila Pavão
- **Recurso de Reconsideração 16314/2019** – interposto em 23/10/2019 contra Acórdão 00782/2019, no Processo 3675/2018. Jurisdicionado: Câmara Municipal de Cariacica
- **Pedido de Reexame 16364/2019** – interposto em 25/10/2019 contra Acórdão 00844/2019, no Processo 3321/2019. Jurisdicionado: Polícia Civil do Espírito Santo
- **Pedido de Reexame 17920/2019** – interposto em 20/11/2019 contra Decisão 02290/2019, no Processo 3014/2017. Jurisdicionado: Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Vitória
- **Pedido de Reexame 17943/2019** – interposto em 22/11/2019 contra Acórdão 00991/2019, no Processo 7289/2013. Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Aracruz
- **Recurso de Reconsideração 18225/2019** – interposto em 03/12/2019 contra Parecer Prévio 0076/2019, no Processo 2563/2017. Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Boa Esperança
- **Pedido de Reexame 20547/2019** – interposto em 11/12/2019 contra Decisão 02859/2019, no Processo 8800/2018. Jurisdicionado: Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Serra
- **Pedido de Reexame 20545/2019** – interposto em 11/12/2019 contra Decisão 02862/2019, no Processo 9016/2018. Jurisdicionado: Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Itapemirim
- **Pedido de Reexame 20556/2019** – interposto em 12/12/2019 contra Acórdão 01104/2019, no Processo 1749/2014. Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy

ANEXO III

RECURSOS

Terceira Procuradoria

- **Recurso de Reconsideração 8995/2018, referente ao Protocolo 1035/2019** — interposto em 25/01/2019 contra Parecer Prévio 062/2018, no Processo 3084/2013. Jurisdicionado: Prefeitura Municipal da Serra
- **Recurso de Reconsideração 2842/2019** — interposto em 19/03/2019 contra Parecer Prévio 029/2018, no Processo 2820/2013. Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Vitória
- **Recurso de Reconsideração 3101/2019** — interposto em 27/03/2019 contra Parecer Prévio 096/2018, no Processo 6163/2015. Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de São Mateus
- **Pedido de Reexame 11985/2019** — interposto em 24/06/2019 contra Acórdão 161/2019, no Processo 8103/2007. Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Iúna
- **Recurso de Reconsideração 12595/2019** — interposto em 08/07/2019 contra Acórdão 177/2019, no Processo 9329/2017. Jurisdicionado: Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores Municipais de Pedro Canário
- **Embargos de Declaração 12594/2019** — interposto em 08/07/2019 contra Parecer Prévio 38/2019, no Processo 5423/2016. Jurisdicionado: Governo do Estado
- **Recurso de Reconsideração 13835/2019** — interposto em 22/07/2019 contra Acórdão 361/2019, no Processo 11185/2014. Jurisdicionado: Superintendência Estadual de Comunicação Social
- **Recurso de Reconsideração 14522/2019** — interposto em 01/08/2019 contra Acórdão 325/2019, no Processo 3500/2011. Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Fundão
- **Pedido de Reexame 14631/2019** — interposto em 05/08/2019 contra Acórdão 331/2019, no Processo 9327/2017. Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Pancas

ANEXO III

RECURSOS

- **Recurso de Reconsideração 14924/2019** — interposto em 22/08/2019 contra Parecer Prévio 30/2019, no Processo 5104/2017. Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Aracruz
- **Pedido de Reexame 14976/2019** — interposto em 26/08/2019 contra Acórdão 433/2019, no Processo 5751/2007. Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Aracruz
- **Recurso de Reconsideração 15054/2019** — interposto em 29/08/2019 contra Acórdão 589/2019, no Processo 1141/2009. Jurisdicionado: Prefeitura Municipal da Serra
- **Pedido de Reexame 15178/2019** — interposto em 02/09/2019 contra Acórdão 497/2019, no Processo 2477/2005. Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Marechal Floriano
- **Agravo 15242/2019** — interposto em 09/09/2019 contra Decisão 2066/2019, no Processo 12744/2019. Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Itapemirim
- **Embargos de Declaração 15459/2019** — interposto em 23/09/2019 contra Parecer Prévio 68/2019, no Processo 3290/2018. Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Aracruz
- **Recurso de Reconsideração 15828/2019** – interposto em 07/10/2019 contra Parecer Prévio 0058/2019, no Processo 5107/2017. Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Baixo Guandu
- **Pedido de Reexame 15827/2019** – interposto em 07/10/2019 contra Acórdão 00708/2019, no Processo 7171/2018. Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Mantenópolis
- **Recurso de Reconsideração 16036/2019** – interposto em 14/10/2019 contra Parecer Prévio 00061/2019, no Processo 3727/2018. Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy
- **Recurso de Reconsideração 16698/2019** – interposto em 11/11/2019

ANEXO III

RECURSOS

contra Acórdão 01055/2019, no Processo 8872/2014. Jurisdicionado: Secretaria de Estado da Saúde

- **Embargos de Declaração 16700/2019** – interposto em 11/11/2019 contra Acórdão 01195/2019, no Processo 4386/2019. Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Vitória
- **Recurso de Reconsideração 20519/2019** – interposto em 09/12/2019 contra Acórdão 00999/2019, no Processo 4171/2018. Jurisdicionado: Fundo Municipal de Assistência Social de São Mateus